

Carlos de Azeredo¹

O reino de Portugal e o Bloqueio Napoleónico

R E S U M O

Com as derrotas navais do cabo S. Vicente, Aboukir e Trafalgar, o Reino Unido destruiu o potencial marítimo de Napoleão, restando a este o duvidoso intuito de arruinar a Grã-Bretanha com o Bloqueio Continental. Assim, após o tratado de Tilsit, o Imperador vira-se contra Portugal que ousara continuar a manter os seus portos abertos ao comércio inglês. No entanto, a conquista e o domínio do território português já, antes de 1806, estava nos planos de Napoleão, conforme se pode ver através da sua correspondência. Nos inícios do século XIX, Portugal era, ainda, uma das maiores potências marítimas mundiais, embora tivesse de se manter neutral e ter boas relações com a Inglaterra, bem como a França e a Espanha. Londres reage contra as imposições napoleónicas e declara um bloqueio à França e às potências suas aliadas. Na base do Decreto de Berlim parecem ter estado outras razões tais como, ter um pretexto para atacar e ocupar Portugal, manter firme a aliança espanhola, acrescentar à quasi inexistente frota francesa a portuguesa, facultar à França a posse do porto de Lisboa e pôr fim ao comércio dos vinhos portugueses com a Inglaterra.

I – Um Império Continental ávido de navios

Com as batalhas navais do Cabo de S. Vicente em Agosto de 1797, de Aboukir (ou do Nilo) em 1 e 2 de Agosto de 1798, e finalmente com a Batalha de Trafalgar a 21 de Outubro de 1805, a Inglaterra, ao destruir o potencial de combate marítimo do Império Napoleónico, reforçava definitivamente a sua posição incontestável de domínio marítimo, à escala mundial e retirava a Napoleão qualquer capacidade de levar a cabo operações navais.

Na realidade, a notícia do desastre de Trafalgar recebida no clima de plena euforia sequente à vitória de Austerlitz, desenganava definitivamente o Imperador quanto aos seus projectos de invasão da Inglaterra.

Sem meios navais que lhe proporcionassem a necessária possibilidade de projectar capacidade militar para o exterior do continente, o Império Napoleónico não passava de uma potência continental ávida das esquadras abrigadas nos portos de Copenhague, de Lisboa ou de Cádiz.

Entretanto, a Napoleão restava-lhe o duvidoso intuito de tentar arruinar a economia britânica com o Decreto do Bloqueio Continental aos navios e comércio Ingleses, assinado em Berlim a 21 de Novembro de 1806, decreto que foi acatado por todos os governantes europeus, com as excepções do Papa Pio VII e do Príncipe Regente de Portugal D. João, futuro sexto Rei deste nome.

II – O Imperador dos Franceses e o Reino de Portugal

Napoleão, conseguida que foi, a aliança do seu anterior adversário, o Czar Alexandre I da Rússia que, após o Tratado de Tilsit de 7 de Julho de 1807, assinado numa barcaça no meio do rio Niemen, se converteu em aliado e apoiante, Napoleão vira-se para o pequeno Reino de Portugal, detentor ainda de uma apreciável esquadra, velho aliado da Inglaterra e que ousara o desafio de manter os seus portos e comércio abertos aquele País.

¹ General

Tal situação era inaceitável para o Imperador que acreditava que, uma vez interrompida, levaria a Inglaterra a pedir a paz, conforme escrevia em carta de 23 de Fevereiro de 1805, para Carlos IV Rei de Espanha, onde se pode ler “*A perda da comércio de Lisboa forçará os ingleses a tomar finalmente um partido.*”²

Entretanto, por militarmente inofensivo, deixou para posterior ocasião o ajuste de contas com o místico, piedoso e afável Pio VII que veio a ser aprisionado durante seis anos, entre 1808 a 1814, em Savona e posteriormente em Fontainebleau. Os seus Estados Pontifícios foram integrados no Reino napoleónico da Itália.

O que de imediato o preocupou foram os preparativos para a guerra contra Portugal.

Mas terá sido a questão do Bloqueio à Inglaterra, a que não nos associamos, o que constituiu a verdadeira razão-fundamento para as três falhadas investidas dos exércitos imperiais contra o pequeno Reino Lusitano?

Julgo que não.

III – Impor o Bloqueio – um simples pretexto?

A Correspondência de Napoleão I, editada por iniciativa do terceiro Napoleão, entre 1862 e 1865 em Paris, informa-nos, sem lugar para qualquer dúvida, que a conquista e domínio do pequeno Reino de Portugal já estava entre os projectos mais persistentes das suas intenções, muito anteriores à assinatura, quer do decreto imperial que estabelecia o Bloqueio contra os ingleses, em Novembro de 1806, quer ainda ao Tratado de Fontainebleau, assinado com a Espanha a 27 de Outubro de 1807.

Nessa correspondência, refere por várias vezes os portos lusitanos e que a importância do seu comércio, para a economia inglesa, era tal que, uma vez encerrados, a Inglaterra ficaria desprovida de meios económicos para continuar a guerra, contra a França.

Mas vejamos, muito sucintamente, o que nos diz essa correspondência, toda ela bem anterior ao Decreto do Bloqueio, sobre as intenções imperiais acerca do pequeno Reino Lusitano. Portugal:

Logo em carta para o Príncipe Regente D. João, de 12 de Dezembro de 1804 (anterior portanto ao decreto do Bloqueio), Napoleão convida o “*sereníssimo, muito amado bom Irmão e Primo*” a juntar-se à França e à Espanha para fazerem causa comum contra a Inglaterra.³

Em carta para Talleyrand de 12 de Janeiro de 1805, Napoleão expõe a necessidade de uma convenção com a Espanha para que as duas potências (*isto é a França e a Espanha*) obriguem Portugal a fechar os portos e o comércio com a Inglaterra e a fazer parte da aliança continental.⁴

Notas de 30 de Janeiro de 1805, do Secretário do Governo imperial para Godoy em que, além das preocupações de Napoleão com a frota espanhola em Cádiz, mais uma vez se dá conta de que a Portugal será “*absoluta e inteiramente exigido*” que se declare com a Espanha e a França contra a Inglaterra.⁵

Carta de 19 de Fevereiro de 1805, de Napoleão para Godoy a informar do envio para Lisboa, como embaixador da França, do general Junot, afim de levar o governo português a juntar-se ao rei da Espanha e “*a mim*”, contra a Inglaterra.⁶

Carta de 23 de Fevereiro de 1805, de Napoleão para Carlos IV de Espanha relativa à futura invasão de Portugal, e a importância decisiva do comércio de Portugal com a Inglaterra para a manutenção da guerra.⁷

Carta de 26 de Julho de 1805 de Napoleão para o Secretário de Estado M. Lacépède, em que o Imperador estima que 60 000 franceses seriam demais, mas 16 00 franceses e 60 000 espanhóis seriam suficientes para conquistar e dominar Portugal.⁸

² Correspondência de Napoleão I, Tomo X, Doc. Nº. 8351 p. 204-205

³ Correspondência de Napoleão I, Tomo X, Doc. 8208, p. 85 e 86

⁴ Idem, Tomo X, Doc. 8269, p. 139

⁵ Idem, Tomo X, Doc. 8299, p. 163-165

⁶ Idem, Tomo X, Doc.8337, p. 191 e 192.

⁷ Idem, Tomo X, Doc 3351, p. 204-205

⁸ Idem, Tomo XI, Doc 9017, p. 45-46

Nota de 6 de Fevereiro de 1806 para o seu Secretário de Estado:

Napoléon prevê uma possível guerra entre a Espanha e Portugal, com o apoio de França.⁹

Carta de 14 de Abril de 1806 para o vice-almirante Decrés em que ordena para atacar a navegação portuguesa, bloquear o porto do Porto e portos brasileiros e a informar de uma próxima declaração de guerra da Espanha, apoiada pela França, contra Portugal.¹⁰

Faço notar que toda esta correspondência é bem anterior a 21 Novembro de 1806, inclusive a carta para o Vice-Almirante Decrés, que na realidade determina actuações militares violentas, só possíveis em situação de guerra declarada.

Ainda entre os antecedentes do bloqueio e consequência da situação de quase permanente estado de guerra entre a França e a Inglaterra, está o facto dos mercadores ingleses que compravam vinhos da região do Médoc, no porto de Bordéus, terem abandonado os fornecedores gauleses e terem intensificado a sua procura no norte de Portugal, na região do Douro, com manifesto prejuízo económico para a França.

Como é evidente, o Corso Imperador já previa a futura invasão de Portugal em acção conjunta com a Espanha, pelo menos desde Fevereiro de 1805, cerca de dois anos antes da assinatura do Tratado do Bloqueio, pelo que é de admitir que o Bloqueio não passou de um simples pretexto.

IV – A tentativa portuguesa da Neutralidade Impossível

No início do século XIX, Portugal era ainda uma das maiores potências marítimas mundiais, com um Império estendido desde Timor às costas da China, passando pela Índia e largas regiões da África até ao gigantesco Brasil, o que permitia afirmar que o sol nunca se escondia sobre o nosso Império.

Para ligar e administrar territórios tão vastos, como longínquos e dispersos, havia mister de duas condições: Uma esquadra relativamente poderosa e liberdade dos mares.

E se é verdade que já não éramos a primeira potência marítima mundial, como o fomos durante parte dos séculos XV e XVI, ainda dispúnhamos de uma importante força naval, de um vasto e disperso Império e a garantia da aliança com a Inglaterra – a potência marítima mundial emergente.

Nestas condições era-nos absolutamente necessário manter boas relações com a Inglaterra, que nos garantia a liberdade de navegação, mas por outro lado, dada a exiguidade dos meios do nosso exército, descurado, reduzido e esganado com orçamentos de miséria, desde o final da Guerra dos Sete Anos, durante o consulado pombalino, e anos seguintes, Portugal de modo algum podia hostilizar, no terreno, a aliança franco-espanhola.

A verdade era que a nossa neutralidade, para os ingleses e para os franceses era mais de temer que a aberta hostilidade, repetindo-se com o reino de Portugal a trágica situação que já em 415 A.C. viveu a pequena autocracia da ilha de Melos, que chegou até nós relatada por Tucídides na sua “*Guerra do Peloponeso*”, e cujo diálogo entre as duas partes, é paradigmático

De população de origem dórica, como os espartanos, a pequena ilha situava-se na área de influência da jónica Atenas, que pragmaticamente não podia aceitar nas suas proximidades tal neutralidade; Perante a recusa em lutarem contra Esparta, a pequena ilha, que pretendia manter-se neutral, foi atacada por Atenas, os seus homens passados à espada e as mulheres e crianças reduzidas à escravatura.

Também, mais perto do nosso tempo, o pequeno reino da Dinamarca, à mercê de um ataque de Napoleão, mas confiado na sua neutralidade, não aceitou o convite para entregar a sua importante esquadra à guarda dos britânicos até ao fim das hostilidades, e viram-na ser destruída pela poderosa esquadra de Nelson no porto de Copenhague, em Agosto de 1807.

Também perante o Príncipe Regente D. João em Mafra se deve ter posto o dilema: ou a nossa esquadra deixava o Tejo para a Madeira ou para o Brasil, ou seria destruída pelos Ingleses para que não caísse nas mãos do ávido Imperador gaulês. Mas o bom senso acabou por vencer e apesar dos graves prejuízos, o reino sobreviveu e o invasor foi expulso e vencido.

⁹ Idem, Tomo XII, Doc.9766, Tomo XII, p. 20

¹⁰ Idem, Tomo XII, doc. 10094, p. 342-344

IV – Reacções ao Bloqueio, por parte da Inglaterra e de Portugal

Londres vai reagir contra a imposição do bloqueio continental aos seus navios, intensificando e procurando novos mercados, na Ásia, na América e na África, utilizando de preferência os portos do império colonial Britânico e do ultramar Português.

No continente europeu vai impor, por sua vez, um bloqueio aos portos das potências aliadas da França.

Portugal continuou insubmisso e mesmo durante a ocupação de Lisboa, na primeira invasão, se o rio Tejo foi, em termos navais neutralizado, o comércio marítimo com a nossa velha Aliada continuou, principalmente pela barra do Douro e a prova inofismável desta realidade é a carta de Napoleão em Baiona, para Junot em Lisboa, de 19 de Abril de 1808, na qual o Corso Imperador acusa Junot de “*Violar a lei do bloqueio contra a Inglaterra em Portugal*”, de receber navios neutros carregados de mercadorias coloniais, de permitir a exportação de “*vinhos do Porto*”, em navios da companhia *Kniphhausen* e hamburgueses, e comenta “*ser absurdo que, enquanto Bordéus não pode exportar um tonel de vinho e que a Holanda não possa fazer sair um navio, Portugal seja livre de comerciar com a Inglaterra.*”¹¹

Isto acontecia com o Tejo ocupado por uma esquadra do Império Russo, então aliado da França contra a Inglaterra

Perante tão grave desatenção do representante do Imperador em Lisboa, é caso para recordarmos e homenagearmos aqui o nome da lindíssima e frágil Condessa da Ega que, fazendo uso dos seus belos dotes, pôde distrair o inflamado Junot do cumprimento dos seus deveres de ocupante em Portugal e agente do Anti-Cristo napoleónico, como acreditava a nossa heróica e sacrificada resistência popular contra o invasor.

Aliás, Napoleão, que se revelou um tático genial no que se refere à manobra das suas formações de combate no campo da batalha, com relação à guerra no mar era pouco mais que ignorante.

Na verdade, como se pode pretender impor um bloqueio dos mares com os seus meios navais precipitados no fundo do oceano ou apresados pelo adversário, que no caso, era a maior potência marítima mundial?

Mesmo durante a segunda invasão, quando o Marechal Soult entra na cidade do Porto, em 1809, pôde apresar no rio Douro navios ingleses carregados de vinho do Porto e de outros bens, destinados a Londres, que não puderam sair a barra devido ao estado do mar.

Também D. João VI, no Rio de Janeiro, teve como uma das primeiras preocupações, a abertura dos nossos portos de além-mar aos navios da nossa velha aliada, procurando deste modo tornar inócuo o decreto imperial do bloqueio, e minimizar os inconvenientes para a economia inglesa, nessa altura, já industrial, causados pelo encerramento dos portos europeus aos seus navios.

VI – Algumas considerações finais

Como não podia deixar de acontecer, um bloqueio naval instaurado por uma potência continental, destituída de poderio naval contra uma potência marítima, dispoendo de poderosos meios navais, resulta praticamente inócuo, como demonstrou o resultado do conflito que opôs a Grã-Bretanha à França.

É de admitir, com base no conhecimento e análise da correspondência napoleónica e com grande probabilidade de acerto, que entre os motivos que estiveram na base do decreto do Bloqueio Naval contra a Inglaterra, além da finalidade proclamada por Bonaparte de vencer os ingleses pela destruição da sua economia, se possa incluir as seguintes razões:

- a. Ter um pretexto para finalmente atacar e ocupar o recalcitrante e insubmisso reino de Portugal e simultaneamente acabar com o pequeno e incómodo enclave da Etrúria no seu Reino da Itália, dando, como solução honrosa, à sua raíinha Dona Maria Luísa de Bourbon, filha do ainda aliado Carlos IV de Espanha, o trono da Lusitânia do Norte.¹²
- b. Manter firme a aliança espanhola com o engodo da posse do Reino Lusitano, esse velho sonho doentio da conquista das áreas periféricas da Península, com origens, diríamos, quasi genéticas, que a História nos diz ter infectado todos os povos que dominarem o centro da Meseta Ibérica, quer se tratasse de cartagineses, de romanos, de visigodos ou de castelhanos.

¹¹ Id., Tomo XVII, Doc. 13764, p. 29-30

¹² Veja-se o clausulado do Tratado de Fontainebleau, celebrado entre a França e a Espanha, pelo qual o Reino Português era retalhado em três pedaços, entregues a Madrid.

- c. A necessidade de aumentar o sua quase inexistente frota de guerra com os meios navais Portugueses, que ao tempo constituíam uma importante força naval na Europa, a que posteriormente poderia ser adicionada a frota espanhola de Cádiz.
- d. Facultar à França a posse do porto de Lisboa, o melhor, mais vasto e seguro, dos portos da fachada atlântica do continente europeu, e cuja distância da meso-América francesa era a mais curta
- e. Pôr fim ao comércio dos vinhos do Norte de Portugal com a Inglaterra, até para um possível e posterior restabelecimento da exportação dos vinhos do Mèdoc para Londres, como aliás ainda há bem pouco tempo o Senhor Dr. Pedro Brito referiu em intervenção ocorrida no Q. G. da recentemente extinta Região Militar do Norte.

Conclusão

Com o império Napoleónico, acabou mais uma vez, por se confirmar uma velha lei da História, aliás enunciada pelo Almirante Alfred Thayer Mahan no seu livro *“The Influence of Sea Power upon History”* (1890), segundo a qual se verifica uma supremacia das potências marítimas, porque capazes de projectar meios de combate à distância, sobre as potências continentais normalmente mais limitadas às proximidades das suas fronteiras.

Como excepção inevitável em todas as regras ou leis, temos o império mongol de Gengis Kan, incontestavelmente uma potência continental, mas cuja mobilidade das suas hordas de cavalaria lhe permitiu dominar um vasto império estendido desde a Manchúria até às portas de Viena.

Esta velha lei, exposta por Mahan, pôde verificar-se com o fracasso do poderoso Kublai Khan e o Japão, com o largo domínio dos Acménidas face à marítima Atenas, ou com Portugal e os poderosos estados do subcontinente indiano e já nos nossos tempos com a Alemanha do III Reich não obstante o poderio dos seus meios blindados e mecanizados de combate, face ao poderio naval dos Anglo-Americanos.

Estas realidades da História, anteriores ao aparecimento dos meios aéreos da guerra, exemplificam as limitações das potências continentais, face às potências marítimas, estas capazes de projectar capacidade militar à distância, de dominarem longínquos territórios e longas vias comerciais.

Tal aconteceu com a pequena cidade de Tiro dos fenícios, como a ática Atenas, liderada por Péricles, ou mesmo como o nosso pequeno Portugal, cuja ligação e domínio do Mar, o admirável génio de Fernando Pessoa condensou na fala do timoneiro de Bartolomeu Dias para o gigantesco e terrífico Adamastor:

*Trez vezes do leme as mãos ergueu,
Trez vezes ao leme as repredeu,
E disse no fim de tremer trez vezes,
“Aqui, ao leme sou mais do que eu:
Sou um Povo que quer o mar que é teu;
e mais que o mostrengo, que me a alma teme
e roda nas trevas do Fim do Mundo,
manda a vontade, que me ata ao leme,
d’El Rei Dom João Segundo!*